


MAPA DESCRITIVO DE PROCESSO		Nº Processo: 2.01.00
NOME DO PROCESSO: VEÍCULO LOCALIZADO		
MATERIAL NECESSÁRIO		
1. Uniforme operacional. 2. Viatura policial. 3. Colete de proteção balística. 4. Cinturão com complementos. 5. Pistola calibre .40 com 3 carregadores. 6. Algemas com a chave. 7. Fiel retrátil. 8. Lanterna. 9. Canivete. 10. BOPM. 11. Relatório de Serviço Operacional. 12. Caneta. 13. Folhas para anotações (bloco ou agenda de bolso). 14. Rádio portátil e Terminal Portátil de Dados (TPD), (quando aplicável).		
ETAPAS		PROCEDIMENTOS
Atendimento da ocorrência		1. Atendimento de ocorrência envolvendo veículo localizado.

	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO	POP: 2.01.01
		ESTABELECIDO EM: 2002
	ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIA ENVOLVENDO VEÍCULO LOCALIZADO	REVISADO EM: 18/03/2013 Nº DA REVISÃO: 2
AUTORIDADE RESPONSÁVEL: Chefe do Estado-Maior PM. NÍVEL DE PADRONIZAÇÃO: Geral.		
ATIVIDADES CRÍTICAS		
1. Determinar se o veículo localizado é produto de ilícito penal ou está meramente <u>abandonado</u> em via pública, ou ainda, em desacordo com a legislação de trânsito. 2. Preservação do veículo, quando necessário.		
SEQUÊNCIA DE AÇÕES		
1. Verificar as imediações do veículo e procurar analisar atitudes suspeitas, como veículos estacionados ou movimentação suspeita de pessoas próximas ao local. 2. Aproximar com cautela e verificar visualmente se há pessoas em seu interior. 3. Verificar aspectos gerais do veículo buscando indícios que justifiquem tratar-se de veículo produto de ilícito penal ou abandonado em via pública (sinais de arrombamento, manchas de sangue, armas, objetos revirados, drogas, etc). 4. Realizar pesquisa através da placa do veículo e número de chassi (gravado no vidro), bem como atentar se o lacre existente na placa traseira está intacto. 5. Contatar, por meio do COPOM/CAD, o proprietário do veículo. 6. De acordo com a situação do veículo, adotar as medidas conforme segue: <p>6.1. Veículo produto de ilícito penal (roubo, furto, apropriação indébita, estelionato, chassi e/ou motor com numeração adulterada, etc):</p> 6.1.1. contatar a autoridade de polícia judiciária e confirmar a necessidade de comparecimento da perícia técnica no local. 6.1.2. confirmado o acionamento da perícia, preservar o veículo bem como as imediações até a chegada dos peritos e adotar as providências descritas no POP do Processo nº 2.05.00 – Preservação de local de crime; 6.1.3. aguardar a liberação do local pela autoridade competente; 6.1.3. providenciar a remoção do veículo para o Distrito Policial; 6.1.4. apresentar a ocorrência junto à autoridade competente; 6.1.5. elaborar o BOPM. <p>6.2. Veículo abandonado:</p> 6.2.1. solicitar ao COPOM/CAD que entre em contato com o proprietário; 6.2.2. na impossibilidade de contato, acionar os órgãos (municipal/estadual/federal) via COPOM/CAD, para que proceda a retirada do veículo da via pública; 6.2.3. elaborar o Relatório sobre Averiguação de Incidente Administrativo (RAIA). 6.2.4. arrolar testemunhas, quando houver; 6.2.5. registrar as providências em Relatório de Serviço Operacional (RSO). <p>6.3. Restrição administrativa:</p> 6.3.1. solicitar ao COPOM/CAD que acione um policial militar especialista em legislação de trânsito para que oriente a forma de proceder a fiscalização do veículo ou, conforme o caso, para que adote as providências à luz do Código de Trânsito Brasileiro (CTB). 6.3.2. são espécies da restrição administrativa: 6.3.2.1. alienação fiduciária; 6.3.2.2. arrendamento mercantil; 6.3.2.3. de compra e venda com reserva de domínio celebrado; 6.3.2.4. de penhor celebrado;		

- 6.3.2.5. falta de transferência;
- 6.3.2.6. comunicação de venda;
- 6.3.2.7. documento apreendido;
- 6.3.2.8. veículo sinistrado;
- 6.3.2.9. veículo leiloado como sucata;
- 6.3.2.10. danos de média ou grande monta;
- 6.3.2.11. baixa permanente;
- 6.3.2.12. óbito pelo INSS.
- 6.3.2.13. veículo com suspeita de duplicidade de placa.

6.4. Restrição judicial, que pode ser:

6.4.1. Restrição judicial propriamente dita:

- 6.4.1.1. sendo pela espécie “penhora”, “reintegração de posse”, “ação de execução de título extrajudicial” ou “arresto”, solicitar ao COPOM/CAD que acione um policial militar especialista em legislação de trânsito para que oriente a forma de proceder a fiscalização do veículo ou, conforme o caso, para que adote as providências à luz do Código de Trânsito Brasileiro (CTB);
- 6.4.1.2. sendo pela espécie “busca e apreensão”, o policial militar deverá apreender o veículo, por meio do Comprovante de Recolhimento e Remoção (CRR), lançando no respectivo comprovante o número do processo que será fornecido pelo COPOM, sem prejuízo à fiscalização do CTB, e removê-lo aos pátios estaduais.

6.4.2. Restrição judicial especial, do tipo RENAJUD (Sistema online de Restrição Judicial de Veículos):

- 6.4.2.1. sendo pela espécie “transferência” e “licenciamento”, solicitar ao COPOM/CAD que acione um policial militar especialista em legislação de trânsito para que oriente a forma de proceder a fiscalização do veículo ou, conforme o caso, para que adote as providências à luz do Código de Trânsito Brasileiro (CTB);
- 6.4.2.2. sendo pela espécie “circulação (restrição total)”, o policial deverá providenciar a remoção do veículo aos pátios estaduais, sem prejuízo à fiscalização do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), lançando no comprovante de recolhimento e remoção (CRR) o número do bloqueio que será fornecido pelo COPOM/CAD.

7. Encerrar a ocorrência junto ao COPOM/CAD.

RESULTADOS ESPERADOS

- 1. Identificação da situação do veículo.
- 2. Preservação do veículo, nos casos que houver acionamento de perícia.
- 3. Apreensão do veículo, nos casos em que for necessária a apresentação junto à autoridade policial.

AÇÕES CORRETIVAS

- 1. Se o policial identificar a presença de ocupantes dentro do veículo, procurar abrigo e realizar o procedimento de abordagem, conforme POP específico.
- 2. Sendo possível, realizar as pesquisas de numeração do motor e chassi para a confirmação dos dados do veículo.
- 3. Em caso de veículo abandonado, não sendo possível sua remoção pelos órgãos competentes, elaborar o RAIA.
- 4. Se o COPOM/CAD informar que o cadastro do veículo apresenta “mandado de segurança”, significa que o proprietário obteve autorização da Justiça para licenciá-lo sem quitar os débitos pendentes do veículo, não havendo nenhuma restrição veicular.
- 5. Se houver pedidos de informações detalhadas por parte de órgãos da mídia, esta solicitação deverá ser dirigida diretamente ao Centro de Comunicação Social da Polícia Militar do Estado de São Paulo.
- 6. Se houver pedido de informação por parte de órgãos da mídia, o policial militar de maior grau hierárquico, responsável pelo gerenciamento dos trabalhos, poderá fornecer dados básicos do

fato (são considerados dados básicos: a natureza da ocorrência, quantidade de vítimas, detidos e de materiais apreendidos).

POSSIBILIDADES DE ERRO

1. Não certificar se o veículo é produto de ilícito penal ou abandonado.
2. Não transmitir os dados à autoridade policial competente.
3. Não preservar o veículo, nos casos necessários.
4. Executar serviços no veículo, pelos quais o proprietário não se responsabilizará, ou sem sua anuência.
5. Não tomar as medidas administrativas quando o veículo estiver em desacordo com a legislação de trânsito.
6. Transmitir de forma errônea ao COPOM/CAD, os dados do veículo, circunstâncias e local do fato.
7. O policial Militar ao ser solicitado para dar informações da ocorrência, oferecer detalhes do fato e opinião pessoal.

ESCLARECIMENTOS

1. **Veículo abandonado:**

Veículo que não sendo produto de ilícito penal ou administrativo, é abandonado em via pública.

2. **Veículo com suspeita de duplicidade de placa:**

É uma restrição inserida pelo DETRAN, por requerimento do proprietário, quando o veículo está envolvido em procedimento administrativo de duplicidade de placa (dublê). O policial militar deverá verificar a originalidade dos documentos apresentados pelo condutor/proprietário (principalmente o Certificado de Licenciamento Anual - CLA) e da identificação do veículo (chassi/motor). É necessário verificar se o condutor, porta o protocolo do DETRAN referente ao caso, sendo que o número deste protocolo deverá ser confirmado junto ao COPOM.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO			DIAGNÓSTICO DO TRABALHO OPERACIONAL	
SUPERVISOR:			SUPERVISIONADO:	
DATA: ____/____/____	Nº PROCESSO: 2.01.00		Nº POP: 2.01.01	NOME DA TAREFA: Atendimento de ocorrência envolvendo veículo localizado.
ATIVIDADES CRÍTICAS			SIM	NÃO
1. Foi verificado as imediações do veículo para que houvesse a aproximação?				
2. Foi verificado se havia(m) pessoa(s) no interior do veículo?				
3. O policial militar procurou indícios para confirmar se a situação do veículo, ou seja, se tratava de produto ilícito penal ou abandonado?				
4. Foi realizada a pesquisa de placas do veículo e número de chassi?				
5. O proprietário foi acionado?				
6. O policial militar adotou as medidas pertinentes conforme a situação encontrada?				

DOCTRINA OPERACIONAL	
PROCESSO: VEÍCULO LOCALIZADO	
DESCRIÇÃO	LEGISLAÇÃO
Atribuições das Polícias Militares	Art. 144, § 5º, 1ª parte, da Constituição Federal; letra “a”, “b” e “c” do art. 3º do Decreto Lei 667/69 (redação dada pelo Decreto-Lei nº 2.10/83); LAZZARINI, Álvaro. A Segurança Pública e o Aperfeiçoamento da Polícia no Brasil. Revista A Força Policial. São Paulo: Polícia Militar do Estado de São Paulo. Nº 5, jan/mar, 1995.
Preceitos constitucionais	Art. 5º e os incisos II, III, XIII, XV, XVI, XXII, XXXIX, XLII, XLIII, XLIX, LIV, LVI, LVII, LVIII, LXI, LXII, LXIII, LXIV e LXV da Constituição Federal, dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos.
Poder de Polícia	MEIRELLES, Hely Lopes. <i>Direito Administrativo Brasileiro</i> , 26ª Edição, São Paulo: Malheiros, 2001; Art. 78 do Código Tributário Nacional; LAZZARINI, Álvaro e outros. <i>Direito Administrativo da ordem pública</i> . 3.ed. Rio de Janeiro:Forense, 1998
Arbitrariedade e discricionariedade da ação policial	LAZZARINI, Álvaro. Poder de Polícia e Direitos Humanos. Revista A Força Policial. São Paulo: Polícia Militar do Estado de São Paulo. Nº 30; LAZZARINI, Álvaro e outros. <i>Direito Administrativo da ordem pública</i> . 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998; MAURÍCIO GARIBE e CEL PMESP ALAOR SILVA BRANDÃO. Os Limites da Discricionariedade do Poder de Polícia. Revista A Força Policial. São Paulo: Polícia Militar do Estado de São Paulo. Nº 23.
Condução das Partes	Inciso LXIII do art.5º da Constituição Federal; §§ 1º e 2º do art. 1º do Decreto Estadual nº 19.903/50 e Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal de nº 011; Decreto Estadual nº 57.783/12.
Apresentação de ocorrência na repartição pública competente	Art.66, inciso I, das Contravenções Penais; art. 319 do Código Penal; Lei Federal Nº 9.099/95 cc Lei Federal Nº 10.259/01 (dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal); Resolução 233, de 09SET09; Provimento 806/03 de 24JUL03 (consolida as normas relativas aos Juizados Informais de Conciliação, Juizados Especiais Cíveis e Criminais e Juizados Criminais); Resoluções de nº 2.076, de 22JUL77 e 2.010/16, de 22JUL10, ambas do Conselho Econômico e Social da ONU (Organização das Nações Unidas); Decreto Estadual nº 57.783, de 10FEV12.
Permanência do policial militar no local	Art.4º da Resolução SSP nº 382, de 01SET99.
Desnecessidade de remoção	Parágrafo único do art.5º da Resolução. 382, de 01SET99.
Atuação do policial militar	Art.5º da Resolução. 382, de 01SET99.
Legislação de Trânsito	Código de Trânsito Brasileiro, Lei Federal 9.503, de 23SET97; Resolução CONTRAN 320/09. Portaria DETRAN-1244/2000, de 08NOV00 – disciplina o processo de substituição de placas de identificação de veículos automotores.
Comunicação Social	Diretriz PM5-001/55/06, alterada pela Ordem Complementar nº PM5-001/05/90 e pela Portaria nº PM5-003/511/11, publicada no Boletim Geral nº 105, de 06JUN11.
RAIA	Portaria do Cmt Geral nº PM3-022/02/10 e Ordem Complementar nº PM3-010/02/10-Circular.
Plano de Preleção	Plano de Preleção nº 29, do CPTran, sobre Restrições administrativas e judiciais ao trânsito de veículos

Procedimentos a ser adotado	Resolução SSP nº 496, de 28DEZ06 – nos casos de veículo localizados.
-----------------------------	--

RELAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES QUE PARTICIPARAM DA PRIMEIRA REVISÃO:

Cap PM 891175-4 Marco Antonio de Oliveira Faria, da Coord Op PM
1º Ten PM 940617-4 Luciano Simões Alves, da DEC
1º Ten PM 880258-A Marcos Maciel Galindo, do 1º BPChq
1º Ten PM 900583-8 José Donizetti Gomes de Oliveira, do 3º BPM/I
1º Ten PM 933765-2 Milton Luis da Silva Farias, do 1º BPRv
1º Ten PM 942806-4 Divaldi de Souza Rocha Segundo, do 7º BPM/I
1º Ten PM 107973-5 Herbert Honorato dos Santos, do 6º BPM/M
1º Ten PM 117569-6 Bruno Pettan Viegas de Carvalho, do 8º BPM/I
1º Ten PM 118481-4 Eduardo Yajima Nishimura Peres, do 1º BPAmb
1º Ten PM 118426-1 José Antônio Marciano Neto, do 8º BPM/I
2º Ten PM 127654-9 Felipe Justo Pereira de Carvalho, do 7º BPM/M
SubTen PM 852629-0 Marcos Antonio Tobias, do 1º BPChq
1º Sgt PM 871390-1 Mauro Roberto de Oliveira Santos, do 1º BPChq
2º Sgt PM 902768-8 Carlos Eduardo Ferreira, do 7º BPM/M
2º Sgt PM 933740-7 Fabiano Monteiro Ribeiro, do 1º BPRv
2º Sgt PM 953293-5 Anderson Estevo de Oliveira, do 6º BPM/M
3º Sgt PM 971111-2 Marcio Roberto Dias, do 51º BPM/I
Sd PM 913046-2 La-Hire Evangelista da Silva, do 7º BPM/I
Sd PM 930177-1 Maurício da Silva, do 8º BPM
Sd PM 104290-4 José Roberto Mota Ferreira, do 22º BPM/M
Sd PM 122487-5 Robson Amorim Steagall, do 1º BPAm/I b.

RELAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES QUE CONTRIBUÍRAM PARA A SEGUNDA REVISÃO:

Cap PM 930282 Julyver Modesto de Araujo, do CPTran
1º Ten PM 117864-4 Michelina Toniato, da APMBB.